

## **A Construção da União Europeia: condicionantes e guinadas de um projeto político-econômico**

Luiz Felipe Brandão Osório<sup>1</sup>

### **RESUMO**

A iniciativa de integração regional por meio da União Europeia é resultado do arranjo histórico-político e geopolítico do pós-1945 e mantém-se, apesar das alterações recentes e significativas, até o século XXI, expandindo o número de membros e alargando sua arquitetura institucional. Construída pela interação de fatores internos (pacificação e recuperação econômica) e externos (projeção autônoma e contenção da influência soviética), o projeto integracionista foi desenvolvido a partir dos vetores de prevalência do capital e do desenvolvimento socioeconômico, com forte apoio e considerável complacência do poder hegemônico. Hodiernamente, acumula quase setenta anos de experiência e um grau considerável de interdependência em diversas áreas estratégicas. Isto não significa, entretanto, que todos os membros sejam beneficiados, ao contrário, a institucionalização dos princípios do neoliberalismo pelo Tratado de Maastricht gerou maiores assimetrias e prejuízos ao bem-estar social nas sociedades europeias.

**Palavras-chave:** União Europeia; Integração Regional; Crise Monetária; Correção de rumos; Neoliberalismo.

### **ABSTRACT**

The project of regional integration through European Union results from a historical, political and geopolitical post-war arrangement and it was maintained, although current and substantial modifications, until present days, expanding the numbers of member States and enlarging its institutional architecture. Built through interaction of internal circumstances (the need of pacification and of economic recovery) and external aspects (autonomous projection and soviet influence deterrence), the integrationist draft was developed according to two prior prisms, such as capital prevalence and socioeconomic growth), with a providential support of the hegemonic power. Currently, such experience is almost seventy years old and holds a remarkable level of interdependence in a myriad of strategic areas. However, it does not mean that the present model of European integration benefits all State members, on contrary, the institutionalization of neoliberalism principles through Maastricht Treaty yields more asymmetric conditions and deleterious effects to welfare in European society.

**Key words:** European Union; Regional Integration; Monetary Crisis; Turning Point; Neoliberalism.

---

<sup>1</sup> Mestre e Doutorando em Economia Política Internacional pela UFRJ. Professor de Direito e Relações Internacionais na UFRRJ.

## I - Introdução

Influenciado por teorias liberais que emergiram no contexto do pós- Segunda Guerra Mundial, o projeto europeu, capitaneado por Robert Schuman e Jean Monnet, tinha forte inspiração no funcionalismo. Construto teórico, cujo maior expoente foi David Mitrany<sup>2</sup>, que enfatizava a necessidade da cooperação internacional como forma de alcançar a paz, o que diminuiria os conflitos entre interesses nacionais. Crítica do Estado nação, esta corrente liberal defendia a transferência de funções e prerrogativas soberanas estatais para organizações internacionais. Por serem instrumentais e com função definida, estas conseguiriam potencializar tarefas específicas, sem passar pelos problemas próprios dos Estados. Analistas<sup>3</sup>, entusiastas desta dinâmica, aperfeiçoariam este pensamento e veriam na centralidade econômica, irradiadora de efeitos prósperos para outras áreas, a razão do alegado estágio avançado da União Europeia, o qual serviria de inspiração para as iniciativas de cooperação menos desenvolvidas. A formação e a institucionalização da União Europeia foram a materialização desta lógica neofuncional<sup>4</sup>, constituindo, para os autores de matriz liberal, um modelo a ser utilizado por outras regiões, sobretudo para a América Latina. Os órgãos que coordenariam os processos de integração teriam como cunho prioritário o aspecto econômico, e não o social ou político.

Desta forma, empreendeu-se o projeto comunitário com vistas à recuperação econômica, sobretudo criando um espaço reservado para o fortalecimento dos capitais europeus. Como a cooperação era ainda incipiente, internamente, os Estados mantiveram a prerrogativa de elaborar políticas sociais, consonantes ao modelo de bem-estar social, o que acabou gerando reflexos no âmbito regional. Logo, ao lado do viés comercial, percebia-se uma preocupação com o desenvolvimento socioeconômico nas primeiras iniciativas.

Com as mudanças sistêmicas durante as décadas de 1970 e de 1980, a estratégia comunitária sofreu forte guinada. Abandonou a concepção do bem-estar social e

---

<sup>2</sup> O romeno naturalizado britânico nasceu em 1888 e faleceu em 1975. Sua obra, escrita no período entre-guerras, foi pioneira dentro da tradição liberal idealista na construção e teorização sobre os modelos de integração regional.

<sup>3</sup> De matriz institucionalista econômica e com uma visão interdependente da economia, como Ernst Haas, Robert Keohane e Stanley Hoffmann.

<sup>4</sup> Corrente que além da defesa da cooperação regional voltada ao institucionalismo supranacional e o compartilhamento de competências soberanas, enfatizava a via comercial como principal responsável por irradiar efeitos positivos para outras áreas.

direcionou-se pela ideologia neoliberal a seguir o caminho do privilégio aos capitais privados. O Tratado de Maastricht ilustra esta guinada como reação às transformações regionais e internacionais, concretizadas na década de 1990. Neste momento, a relativa paz, a prosperidade econômica e o fortalecimento institucional comunitário, alcançados pela Europa e alardeados por entusiastas neoliberais, criaram uma sensação ilusória de um modelo exitoso a ser utilizado por outras regiões. O funcionalismo deveria prevalecer, agora, todavia, capitaneado por um modelo econômico que abandonava o regionalismo fechado<sup>5</sup> para ingressar em uma lógica de regionalismo aberto<sup>6</sup>, sem barreiras ao comércio mundial, escancarado ao mercado internacional, pressupondo que todos os países teriam condições iguais de competitividade e, se não o tivesse, poderiam se juntar aos vizinhos com os mesmo níveis de desenvolvimento para aumentar seu poder de barganha. Atualmente, os europeus sentem os efeitos nefastos de adoção do prontuário neoliberal.

Desta forma, a análise da construção do projeto europeu, com a devida consideração dos aspectos político-econômicos, divide-se em um primeiro tópico sobre a gênese do projeto, no segundo, será abarcada a primeira fase das iniciativas econômicas, no terceiro, a segunda fase, no quarto, a terceira, e no quinto, uma conclusão sucinta e crítica levantará reflexões ao debate.

## **II - A Gênese da União Europeia**

O atual estágio alcançado pela Europa em seu processo de integração regional pode ser explicado a partir de uma análise crítica, que situa o processo como resultado, não exclusivo, mas considerável, das transformações internas e do sistema internacional. A iniciativa unificadora da Europa não é inédita do contexto pós-1945, pois já existiam ideias anteriores neste sentido:

Se a geografia da Europa não tem critérios claramente definidos para estabelecer suas fronteiras, sua história é objeto de interpretações e argumentos muitas vezes mais ricos e complexos. Contudo, isto não

---

<sup>5</sup> O regionalismo é fechado em relação ao comércio internacional. Nas iniciativas de integração pautadas pela lógica cepalina, como a ALALC e a ALADI, no continente americano, por exemplo, antes de partir ao mercado internacional é preciso que as indústrias locais se fortaleçam por meio de medidas protecionistas para que possam obter melhores condições de competitividade.

<sup>6</sup> O regionalismo aberto tenta reverter a lógica cepalina, incutindo as ideias neoliberais de abertura dos mercados e economias nacionais, sem quaisquer medidas de transição, à competição internacional, a qual será, em teoria, a responsável por obrigar as indústrias nacionais a se modernizarem, se fortalecerem e se tornarem competitivas.

impediu, ao longo da História, que se tenha cogitado, com frequência, a construção de uma unidade dos Estados europeus. Contrariando alguns estudiosos, os séculos XVIII e XIX não foram o berço original dos ideais de uma Europa integrada, ainda que seja possível encontrar naquele período alguns de seus mais entusiasmados defensores. Muito antes, ainda nos séculos XIII, XIV e XV, poetas, filósofos e políticos já construíam argumentos em favor de uma Europa unida. O que nem sempre era dito é que, desse modo, se sonhava recuperar a herança histórica e as grandezas do Império Romano. Entre os muitos autores daquele período, alguns nomes merecem ser citados: Pierre Dubois (1250-1312) da França, Tomasso Campanella (1568-1639), da Itália, Georg von Podiebrad (1420-1471), rei da Boêmia. Mais tarde, no século XIX, dois homens ilustres merecem ser lembrados por suas idéias em favor de uma união da Europa: Victor Hugo (1802-1885) e Conrad Friedrich von Schmidt-Phiseldek (1770-1832). Este último elaborou, exaustivamente, a tese de uma “União Européia”, o que a tornou, talvez, a mais expressiva de todas as contribuições recolhidas ao longo de séculos. (TREIN, 2008: pp. 136-137).

É fundamental destacar, no entanto, que o impulso integrador do final da Segunda Guerra Mundial é peculiar, resultado de uma combinação de fatores, tanto internos quanto externos, da nova reorganização mundial sob os valores da hegemonia estadunidense (TAVARES E BELLUZZO, 2004)<sup>7</sup>. Os rumos do projeto europeu, em grande medida, foram dados por uma estratégia tolerada<sup>8</sup>, considerando os privilégios concedidos dentro do padrão monetário internacional<sup>9</sup>.

Os desdobramentos geopolíticos desde o conflito mundial foram determinantes para os rumos tomados pelo continente. Destruída materialmente, arrasada pelas perdas humanas e ocupada por tropas estrangeiras, a região, que por pelo menos desde o século XVI foi o epicentro mundial, viu-se uma posição ímpar dentro do sistema interestatal capitalista<sup>10</sup>. Como a oeste foi invadida pelos americanos e a leste, pelos soviéticos, a Europa tornou-se o centro da disputa de poder entre as duas grandes potências vitoriosas do conflito. Dividido o continente, as diferentes porções seguiram estratégias alinhadas

<sup>7</sup> Para mais ver: TAVARES, Maria da Conceição e BELLUZZO, Luiz Gonzaga. “A Mundialização do Capital e a Expansão do Poder Americano”. IN: FIORI, J. L. C. (org.) *O Poder Americano*, Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

<sup>8</sup> Tolerada significa, para este trabalho, que a União Europeia não é um projeto totalmente autônomo, haja vista sua deficiência militar. No campo da defesa, existe uma clara dependência da OTAN, a Organização do Tratado do Atlântico Norte, que, além de países comunitários, engloba Estados Unidos e Canadá, e que há uma chancela, um claro apoio do poder hegemônico às iniciativas de recuperação e desenvolvimento traçadas no plano europeu. Vale lembrar que a locomotiva econômica da União Europeia, a Alemanha, é um país desenvolvido a convite hegemônico.

<sup>9</sup> Os países europeus somente vieram a integrar o padrão dólar-ouro no início da década de 1960, mesmo assim após muita resistência, diferentemente de outras regiões, com a América do Sul.

<sup>10</sup> Para este artigo o sistema interestatal capitalista emergiu no que Fernand Braudel cunhou ser o longo século XVI e permanece até os dias atuais, intensificado, como ressalta Fiori ao destacar o papel dos Estados protagonistas. Para mais ver: FIORI, José Luis. “O sistema interestatal capitalista no início do século XXI”. IN: FIORI, José Luis, MEDEIROS, Carlos de Aguiar e SERRANO, Franklin. *O Mito do Colapso do Poder Americano*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

com interesses externos. Enquanto que a parte oriental adotou a lógica soviética, a ocidental buscou enquadrar suas demandas à hegemonia estadunidense.

Desde a entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, preparada pela Carta do Atlântico<sup>11</sup>, em 1941, na qual a Grã-Bretanha reconheceu a hegemonia americana, os Aliados já começaram a pensar na reorganização mundial após o final do conflito. Diversas conferências importantes foram realizadas de 1941 até 1945, com destaque para a ocorrida na pequena cidade norte-americana de Bretton Woods, em julho de 1944. A iminência da vitória aliada levou os países capitalistas a discutir o gerenciamento econômico internacional sob a égide da hegemonia estadunidense<sup>12</sup>. A ordem monetária foi instalada pelos Estados Unidos, como forma de organizar a configuração mundial do pós-guerra, sempre de acordo com seus interesses nacionais. O dólar foi alçado à condição de moeda internacional, única a ser conversível em ouro, enquanto as outras somente tinham o recurso de converterem-se em dólar. Ademais, criou-se o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento, BIRD, conhecido posteriormente como Banco Mundial, e o Fundo Monetário Internacional, o FMI, responsável pela correção do desequilíbrio na balança de pagamentos dos países. Desta reorganização mundial deriva ainda a Organização das Nações Unidas<sup>13</sup>, que ratificou a força política e diplomática dos americanos, com o apoio dos europeus. A estes não cabiam uma opção de enfrentamento, mas de consentimento com o poderio americano, devido às condições internas de cada país.

Assim, à Europa Ocidental foi disponibilizada uma estratégia diferenciada, em relação a outras regiões, dentro do sistema hegemônico de poder, a qual foi inevitavelmente consentida pelas elites locais ante a conjuntura internacional da época. Fiori explica a benevolência hegemônica aos europeus:

Na verdade, a posição ultraliberal dos financistas só foi quebrada transitoriamente pela crise de escassez de dólares na Europa em 1947; pela ameaça de vitória política-eleitoral dos comunistas na França e na Itália, nas eleições de 1948; e pelo colapso da economia japonesa. Suas ideias predominaram de 1945 e 1947, mas acabaram sendo revertidas pelo novo

<sup>11</sup> Carta do Atlântico é a denominação para o acordo de cavalheiros assinado por Winston Churchill e Franklin Roosevelt, cada qual representando sua respectiva nação, Grã-Bretanha e Estados Unidos, no qual se estabelecia os termos para o suporte estadunidense para os aliados na Guerra contra o Eixo. Este acordo proporcionou aos aliados um fôlego extra no combate, uma vez que incluía condições facilitadas de empréstimo e de aquisição de material bélico, bem como suporte logístico.

<sup>12</sup> Essa percepção de hegemonia passa pela noção difundida por Antônio Gramsci. Para mais ver: MORTON, Adam. *Unravelling Gramsci*. London: Pluto Press, 2007.

<sup>13</sup> Criada pela Conferência de São Francisco, em julho de 1945, como sucessora da combatida Sociedade das Nações.

quadro internacional e pela imposição de prioridades estratégicas da nova Doutrina da Guerra Fria. É neste contexto que se explica o Plano Marshall, assim como todas demais concessões feitas pelos Estados Unidos, com relação ao protecionismo dos europeus, em particular com a retomada dos velhos caminhos heterodoxos das economias alemã e japonesa. (FIORI, 2004: p. 88).

A Inglaterra, apesar de não ocupada, consentiu com a estratégia associada aos Estados Unidos, mas autônoma da Europa, sobretudo no que tocava a questão monetária. Para o continente, a integração era querida, como discursou Winston Churchill<sup>14</sup>, em 1946, em Zurique, clamando pelos Estados Unidos da Europa, como solução para as guerras fratricidas continentais. Ainda que tivesse aderido à União Europeia de Pagamentos, o fez com muita resistência, postura que manteve até a entrada na Comunidade Econômica Europeia, em 1973. Mesmo após a adesão o Reino Unido permaneceu cético e pragmático, não adotando a maioria dos acordos comuns<sup>15</sup>, ressaltando uma postura autônoma ao eixo franco-germânico.

Por sua vez, a França não via como alternativa plausível para a paz na região e para sua soberania qualquer solução que não fosse o fim da rivalidade com a Alemanha por meio do controle da economia germânica. Não por acaso, a iniciativa da União partira de políticos franceses como Robert Schuman<sup>16</sup> e Jean Monnet<sup>17</sup>, que foram os responsáveis por articular os primeiros passos da integração e a aproximação entre os dois países, cujo embrião foi a administração multilateralizada das indústrias de matérias-primas para a guerra, o carvão e o aço. Adotou uma estratégia dual, de negociações com a Alemanha, pela força regional, e com os Estados Unidos, pela projeção internacional.

Já na Alemanha<sup>18</sup>, ocupada e dividida, com enormes perdas territoriais e demográficas, a influência externa foi ainda mais determinante. Cooptada pela possibilidade de desenvolvimento a convite do poder hegemônico, alterou os rumos

---

<sup>14</sup> Vale ressaltar que o conservador Churchill, apesar de considerado por muito um herói de guerra, não foi reeleito em 1945, perdendo as eleições para o trabalhista Clement Atlee.

<sup>15</sup> Inclusive o Reino Unido optou por não se comprometer a aderir à uma moeda única, apesar de ter ratificado o Tratado de Maastricht.

<sup>16</sup> Com as cidadanias francesa e alemã, Robert Schuman era o Primeiro-ministro francês, em 1947, quando liderou as primeiras aproximações com a Alemanha no pós-Segunda Guerra Mundial, bem como idealizou e efetivou os primeiros passos para a criação da União Europeia.

<sup>17</sup> Mesmo sem ocupar um cargo oficial, Jean Monnet, francês, foi o responsável pela articulação com os Estados Unidos que resultou nas primeiras iniciativas da integração europeia.

<sup>18</sup> Ressalta-se neste trabalho que toda vez que se mencionar Alemanha a referência feita será à República Federal da Alemanha, deixando de lado a República Democrática da Alemanha, que só veio a integrar esta sistemática quando foi unificada à RFA.

nacionalistas de sua curta, mas intensa, história como Estado nação. Comandada pelas elites liberais colocadas no poder pelas tropas estrangeiras optou pela inserção regional que favorecesse os capitais nacionais. Medeiros dissecou essa escolha política com importantes reflexos econômicos:

Do ponto de vista político, como anota Milward (1992), o resgate do estado nacional europeu no pós-guerra tinha por vetor essencial o reconhecimento político da impossibilidade de um projeto alemão exclusivamente nacional. As elites alemãs perceberam, desde a reconstrução do pós-guerra, que seus interesses nacionais seriam muito melhor atendidos subsumidos num discurso e numa prática eminentemente europeia, tal como a historicamente construída pelo Tratado de Roma. Esta prática, que muitos denominaram de soft hegemony ou hegemony by stealth ou ainda semi-sovereignty, resultava de um esforço de construir um espaço econômico unificado onde os interesses econômicos e políticos alemães poderiam se exercer sem confrontos políticos e subordinando-se à liderança dos EUA no plano da segurança e defesa externa da Europa. A sua importância na formação da Comunidade Econômica Europeia (CEE) e a sua irrelevância na OTAN traduziam os limites e ambições da Alemanha no contexto criado pela Guerra Fria. (MEDEIROS, 2004: p. 156).

Os políticos liberais privilegiaram a aliança do capital alemão com os capitais europeus, sobretudo franceses, para sua prosperidade e desenvolvimento, em detrimento de seu projeto de poder mundial<sup>19</sup>. Trocou-se uma busca por proeminência mundial de caráter militar, belicista e induzida pelo Estado por uma estratégia regional de crescimento a partir da imposição e da fusão de sua força econômica interna com as outras economias, industrialmente mais frágeis.

Resumindo, a resolução à questão interna gravitava em torno da situação econômica catastrófica, sendo necessário encontrar uma solução para sua reconstrução e pacificação, mantendo a remuneração satisfatória das elites liberais e impedindo a ascensão dos partidos socialistas internos. Os países europeus encontravam-se numa encruzilhada, desgastados pelo conflito, com perdas humanas, deterioração social e grande parte de sua cadeia produtiva e de sua infraestrutura comprometidas e, muitos, ainda, ocupados por potências estrangeiras, no Ocidente, pelos Estados Unidos, e no Oriente, pela União Soviética. O factível crescimento das ideias socialistas em meio à crise e a escassez de divisas motivaram o pragmatismo das elites capitalistas dos países ocidentais que aceitaram a ajuda financeira estadunidense e por meio dela criar um

---

<sup>19</sup> Projeto conhecido na historiografia como a *Weltpolitik*, que seria a política alemã para o mundo, de acordo com seus interesses. Setores nacionalistas e conservadores da sociedade, que lideravam o país desde sua unificação territorial no final do século XIX, entendiam que a sobrevivência de um Estado alemão centralizado e forte no centro da Europa passava por uma projeção de poder em proporções mundiais, seguindo os passos de seus congêneres imperialistas.

ambiente seguro e estável para a reconstrução econômica e social pela proliferação do capital, o qual foi obrigado a compor com os interesses do trabalho, articulando o Estado de bem-estar social e promovendo a cooperação entre as economias regionais, tanto no viés comercial quanto no aspecto socioeconômico.

A questão externa da integração foi determinada pelos rumos do embate entre Estados Unidos e União Soviética, que culminou na Guerra Fria. Era necessário retomar a proeminente projeção internacional e, ao mesmo tempo, às economias europeias ocidentais criar uma barreira de contenção à influência e aos capitais estatais soviéticos, os quais já haviam tomado a porção oriental do continente. A ameaça vinda do modelo político e econômico adotado pelo Leste Europeu ao capitalismo liberal estadunidense alterou a estratégia hegemônica quanto à situação dos antigos inimigos de guerra, em meados de 1947, sobretudo em relação à solução dada à questão alemã<sup>20</sup>. Cogitada para ser desindustrializada e tornar-se uma grande colônia agrícola<sup>21</sup>, foi transformada na grande vitrine do capitalismo ocidental, por meio do projeto americano de desenvolvimento a convite<sup>22</sup> dos outrora inimigos de guerra<sup>23</sup>. Assim, mesclando os motivos internos e externos, a integração europeia passou a ser construída a partir da Alemanha Ocidental como o polo irradiador do crescimento econômico regional, em uma estratégia hegemônica de europeizar os interesses alemães. Fiori sintetiza a estratégia estadunidense quanto aos países derrotados:

Esta mudança da posição americana com relação à estratégia de desenvolvimento dos países derrotados, em particular o Japão, a Alemanha e a Itália, se transformou na pedra angular da engenharia econômico-financeira do pós- II Guerra Mundial, em particular depois da década de 1950, quando estes países se transformaram nos grandes “milagres” econômicos da economia capitalista. (...) Em outras palavras, viraram “protetorados militares” e “convidados econômicos” dos Estados Unidos, e no caso da Alemanha e do Japão, foram transformados em “pivôs” regionais de uma máquina global de acumulação de capital e riqueza que funcionou de forma absolutamente virtuosa entre as Grandes Potências e em algumas economias periféricas até a crise da década de 1970. (FIORI, 2004: p.89).

---

<sup>20</sup> Expressão consagrada pela literatura especializada que ganhou maior relevo após a unificação da Alemanha como Estado nacional no final do século XIX, gerando grande desequilíbrio na balança europeia de poder.

<sup>21</sup> Henry Morgenthau foi Secretário do Tesouro Americano à época que não se confunde com seu contemporâneo, o realista acadêmico Hans Morgenthau, autor do clássico livro “A Política das Nações”.

<sup>22</sup> Expressão consagrada pela literatura especializada em desenvolvimento comparado para explicar os investimentos financeiros, intenso fluxo comercial e a tolerância monetária que os Estados Unidos tiveram em relação a Alemanha e Japão.

<sup>23</sup> Problemática geopolítica acirrada com a unificação e formação da Alemanha enquanto Estado nação, que esteve, direta ou indiretamente, presente nas causas das duas guerras mundiais.

O primeiro passo foi dado por meio da intervenção externa concretizada pelo Plano Marshall<sup>24</sup>, o qual tinha objetivos econômicos claros, como a intensificação dos vínculos comerciais, o que geraria recursos para a superação da escassez de capitais e para a articulação de resgate da conversibilidade das moedas, e escopos geopolíticos e geoeconômicos implícitos, como a dolarização da dívida europeia, a introdução da moeda estadunidense no comércio europeu e o estreitamento da dependência ao poder hegemônico, o que indiretamente resultou em um acordo entre as elites liberais, sobretudo, de França e Alemanha em favor da cooperação regional. Neste sentido, iniciativas econômicas voltadas à coordenação monetária foram encetadas até se chegar ao atual estágio de união econômica. O primeiro instrumento cooperativo à recuperação econômica foi a estruturação de um balanço de pagamentos conjunto para regular o direcionamento dos investimentos e o equilíbrio das trocas comerciais.

A União Europeia de Pagamentos, inserida no âmbito da Organização de Cooperação Econômica Europeia, facilitou a coordenação econômica e abriu uma exceção para a autonomia dos europeus dentro do padrão dólar-ouro, possibilitando entendimentos em outras áreas. Com a extinção da União Europeia de Pagamentos em 1958, a tolerância estadunidense terminou, e os europeus foram gradualmente obrigados a aderir ao padrão monetário internacional. Isto não retirou, porém, o sentimento de autonomia monetária, traduzido em concertações regionais fora do sistema de Bretton Woods.

A busca reativa por alternativas ao dólar foi intensificada após o rompimento unilateral do padrão pelos Estados Unidos. A incerteza quanto ao sistema monetário internacional reforçaram a necessidade e a importância de uma estabilidade econômica regional menos dependente do sistema internacional. Propostas variadas de alcançar uma moeda única foram lançadas, porém, adotaram-se soluções cautelosas, baseadas em serpentinas monetárias e mecanismos de taxas de câmbio, refletidas no Plano Werner e no Sistema Monetário Europeu, iniciativas que passaram a delinear a imposição germânica por uma política econômica ortodoxa, cujo objetivo é a manutenção dos preços relativos, com o intuito de evitar altas taxas inflacionárias.

---

<sup>24</sup> Concedido aos países que rechaçavam a influência soviética foi oferecido um plano de recuperação econômica, que consistia na injeção de investimentos diretos, para atender e pacificar os conflitos produtivos internos.

As transformações sistêmicas ocorridas, principalmente na década de 1980 levaram o processo europeu a ser repensado, a partir do relançamento da integração, com o Ato Único Europeu, articulado por Jacques Delors, em 1985. O ideário globalizante impregnava o pensamento das elites, que romperam a acomodação do capital com o trabalho pelo bem-estar social para impor seus interesses ao bloco. A pressão pela abertura das economias ao capital financeiro era latente e considerada retoricamente como inevitável. A reunificação da Alemanha e a dissolução da União Soviética aceleraram a remodelagem europeia, que culminou no Tratado de Maastricht, de 1992. O tratado internacional estruturou a integração por meio da formação da União Europeia, que abarcaria todas as iniciativas comunitárias anteriores sob o mesmo teto, mas com uma lógica distinta, que priorizava somente o viés do capital, abandonando o desenvolvimento socioeconômico. Além disso, no documento, ficou expressa a intenção de transformação do mercado comum europeu em mercado único por meio da previsão de uma moeda comum para a zona comunitária. A integração europeia mostrava adaptabilidade ante a conjuntura internacional e, baseada na lógica neoliberal do regionalismo aberto, viria a servir de parâmetro para outras iniciativas de integração econômica no sistema mundial.

### **III - Trajetória da Integração Regional**

Apesar de a área do Euro ser uma parte que compõe o todo União Europeia, é, indubitavelmente, o vetor mais importante e a locomotiva do processo integracionista. Em virtude disto, a narrativa da trajetória de integração regional no continente priorizará as iniciativas econômicas. O foco da construção comunitária partirá dos primeiros projetos de coordenação econômica até alcançar a formação da área monetária única. As iniciativas de integração regional liderada pelo vetor monetário não são inéditas no cenário europeu, projetos relevantes foram promovidos durante o século XIX<sup>25</sup>, a integração europeia do pós-Segunda Guerra conseguiu, sem embargo, criar um arcabouço institucional e uma coesão monetária entre os membros inéditos para uma organização internacional.

---

<sup>25</sup> Unificação monetária alemã, bem-sucedida, atingida com a integração territorial e política, marcada pela criação do Reichsbank, em 1876. União Monetária Latina, formada em 1866, por França, Suíça, Bélgica e Grécia. União Monetária Escandinava, constituída em 1872, por Suécia, Dinamarca e Noruega.

Desta forma, as iniciativas de integração monetária podem ser didaticamente divididas em três grandes fases<sup>26</sup>, que marcam a trajetória monetária comum desde a União Europeia de Pagamentos até chegar à União Econômica Monetária. A primeira dirá respeito ao contexto do imediato pós-guerra até 1958, com a extinção da União Europeia de Pagamentos. A segunda diz respeito ao período de tentativa de enquadramento das moedas europeias no padrão dólar-ouro e as soluções autônomas de antes e de após o rompimento dos Acordos de Bretton Woods, dentro do padrão dólar-flexível<sup>27</sup> (SERRANO, 2004), englobando os acordos de serpente monetária e o sistema monetário europeu. A terceira vincula-se à correção de rumo dada ao projeto europeu pelo Tratado de Maastricht, ressaltando os acontecimentos de preparação e de consolidação da moeda comum, o euro. Todas as etapas divididas didaticamente nesta pesquisa são diretamente influenciadas pela hegemonia estadunidense no sistema internacional

### **III.1. Primeira Fase: a Organização Europeia para a Cooperação Econômica e a União Europeia de Pagamentos**

A partir da mudança de estratégia hegemônica para a Europa, com o advento do Plano Marshall em 1948, foi criada uma engenharia para a reconstrução dos países que se submeteram à estratégia estadunidense<sup>28</sup>, a qual pode ser considerada como a primeira fase. Politicamente, neste momento de crise, o capital foi obrigado a conciliar-se com o trabalho, havendo uma manifesta expansão dos direitos sociais e da intervenção estatal na economia, modelo conhecido como de bem-estar social, praticado até mesmo por governos liberais, como na Alemanha (EICHENGREEN, 2000: p. 151): *Uma acomodação com os partidos trabalhistas era vital para que a Europa impedisse que as crises políticas e greves se colocassem como obstáculos no caminho da recuperação e do crescimento.* Isso fez com que, economicamente, para recuperar as

---

<sup>26</sup> As três grandes fases pensadas neste trabalho se diferem das cinco propostas por António Mendonça (MENDONÇA, 2004), mas nelas se inspiram.

<sup>27</sup> De acordo com Franklin Serrano, o sistema monetário internacional, após o fim do padrão dólar-ouro, diferentemente deste, passou a ser regulado não mais pela paridade fixa de uma moeda de referência em relação ao ouro, mas por uma lógica pautada em taxas de câmbio flutuantes, cujo epicentro ainda é o dólar, que, agora, é sustentado pelo poder hegemônico estadunidense, não tendo nenhum limite econômico.

<sup>28</sup> Cabe a pequena ressalva em relação à outrora Iugoslávia, país que recebeu recursos do Plano Marshall, mas tentou não se alinhar nem com o bloco capitalista nem com o socialista.

forças, as finanças fossem obrigadas a se conciliar com interesses industriais. Logo, os investimentos externos fomentaram o público, sendo direcionados pelos *commanding heights*<sup>29</sup> para infraestrutura e indústrias pesadas, que em uma visão universal não deveriam competir internacionalmente, pois estes setores precisavam de mercados amplos. Este panorama veio a justificar a administração multilateral dos bens de produção essenciais para a guerra, como o carvão e aço, o que ficou refletido na criação da Comunidade Europeia de Carvão e Aço, a CECA, em 1951<sup>30</sup>.

A aceitação dos investimentos externos e da dolarização da economia europeia revelou a intenção dos capitais nacionais locais em compor com o dólar. Para administrar os recursos oriundos da injeção de dólares na economia europeia proporcionada pelo Plano Marshall foi criada a Organização Europeia para Cooperação Econômica<sup>31</sup>, em 1948. Em um contexto de debilidades econômicas decorrentes da guerra, carência de reserva de meios de pagamentos internacionais, o que impedia a conversibilidade imediata das moedas, de necessidade imperativa de obtenção de dólares para importar máquinas e equipamentos dos Estados Unidos e de frustradas tentativas de conversibilidade isolada da libra, a organização internacional viabilizou em seu âmbito a criação da União Europeia de Pagamentos<sup>32</sup>, medidas cujo objetivo era facilitar a conversibilidade gradual das moedas europeias em dólar e incentivar a liberalização comercial. Mendonça resume o funcionamento do sistema de pagamentos:

Os pagamentos e as receitas de exportação dos diferentes países eram centralizados no Banco de Pagamentos Internacionais (instituição integrada na UEP) procedendo-se mensalmente aos acertos de saldos, através do pagamento em ouro ou em dólares. Inicialmente só uma parte dos saldos era regularizada deste modo sendo a parte restante transformada em crédito do credor ao devedor. Todavia, à medida que o processo de reconstrução se foi realizando e as reservas foram sendo reconstituídas, foi diminuindo a

---

<sup>29</sup> Expressão que diz respeito aos órgãos estatais planejadores e coordenadores do investimento público, que visam ao fomento de atividades prioritárias da economia e, ao mesmo tempo, sem interferir na estrutura do livre mercado e da concorrência, elemento importante da concepção keynesiana.

<sup>30</sup> Criada pelo Tratado de Paris, documento pioneiro no engendramento da União Europeia, que foi assinado e ratificado por Alemanha, França, Itália, Holanda, Bélgica e Luxemburgo. Extinguiu-se em 2002.

<sup>31</sup> Inicialmente criada para atender aos interesses dos países europeus receptores dos investimentos oriundos do Plano Marshall, a Organização Europeia para Cooperação Econômica, foi em 1961, após cumprir seu objetivo de reestruturar economicamente os europeus, transformada em uma organização de abrangência extraeuropeia. Passou a ser chamada de Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), englobando outros países, como Estados Unidos, Canadá, México, Japão e Coreia do Sul, e, atualmente coordena estudos e programas voltados a seu objetivo.

<sup>32</sup> Composta pelos 18 países que faziam parte da Organização Europeia para a Cooperação Econômica, quais sejam, Alemanha, França, Itália, Bélgica, Luxemburgo, Holanda, Áustria, Suíça, Irlanda, Turquia, Grécia, Portugal, Noruega, Dinamarca, Suécia, Islândia, Espanha e Reino Unido.

fracção de crédito e aumentando o pagamento em dólares ou em ouro. (MENDONÇA, 2004: p. 3).

Encetou-se, assim, a primeira iniciativa econômica de cooperação monetária na Europa Ocidental por um meio próprio, fora da lógica do sistema monetário padrão, mas com a tolerância e chancela estadunidense, reconhecendo o irrealismo das exigências rígidas de Bretton Woods. Dentro da alçada da OECE e fora do âmbito do FMI (já que nesta época não tinha aderido ainda ao padrão monetário internacional), a União Europeia de Pagamentos propiciou a formação de uma zona autônoma, onde circulava uma verdadeira moeda europeia, constituída pela transferência de saldos credores em seu interior, a unidade de conta europeia (UCE). Após cumprir seus objetivos, tornar as moedas europeias conversíveis em dólar e liberalizar o comércio, foi extinta em 1958.

Esta autonomia pode ser ilustrada pelo Acordo Monetário Europeu<sup>33</sup>, em 1955, ainda dentro da OECE, criado para substituir a União Europeia de Pagamentos, após sua dissolução. Pregava pela continuação de um mecanismo de compensação multilateral gerido pelo Banco de Pagamentos Internacionais<sup>34</sup> para países que mantivessem a inconvertibilidade; pela criação de um Fundo Europeu de concessão de crédito de curto prazo, em 1962; e pela estipulação de cláusulas relativas à estabilização das cotações das taxas de câmbio das partes contratantes (limite às flutuações viabilizou políticas comuns, como a PAC<sup>35</sup>). Destarte, verifica-se a relevância desta experiência de autonomia monetária dos europeus, o que, além de fomentar o comércio intraeuropeu, garantiu aos países condições de competitividade no mercado internacional, restabelecendo a hipótese de convertibilidade das moedas, pois, sem isto, os países se tornariam dependentes dos custos da moeda de reserva para comercializar internacionalmente. Mendonça ilustra a intenção de autonomia:

É interessante notar que ao longo dos doze anos em que vigorou em pleno o sistema de Bretton-Woods nunca se verificou, verdadeiramente, por parte

---

<sup>33</sup> Constituiu-se o Comitê Monetário, composto por ministros das finanças e representantes dos bancos centrais, competindo-lhe coordenar as políticas monetárias dos países.

<sup>34</sup> Criado em 1929 pelo Plano Young, o Banco Internacional de Pagamentos tinha como objetivo o recebimento e a administração dos recursos pagos pela Alemanha a título de indenização aos vitoriosos da Primeira Guerra Mundial, garantindo o circuito de crédito entre Alemanha, França, Grã-Bretanha e Estados Unidos, credores dos europeus. Com o fim dos pagamentos alemães foi transformado em uma organização internacional que viabiliza acordos financeiros entre os bancos centrais de diversos países no mundo.

<sup>35</sup> PAC é a política agrícola comum, uma demanda francesa, baseada no argumento da segurança alimentar, que protege o setor agrícola dos países por meio de elevados subsídios à produção.

dos europeus uma aceitação plena da sua inevitabilidade. Ao mesmo tempo que assumiam as regras e instituições do SMI, os europeus aprofundavam a discussão sobre a importância de desenvolver um vector monetário no contexto do aprofundamento do processo de integração económica em que estavam empenhados. É de notar que, praticamente no período em que havia funcionado a UEP, se havia evoluído da CECA para a Comunidade Económica Europeia (CEE) e para a Comunidade Europeia de Energia Atómica (EURATOM), na sequência da assinatura dos Tratados de Roma em 25 de Março de 1957, de modo que parecia haver uma contradição entre o abandono de um projecto monetário especificamente europeu, como era o caso da UEP, e o avanço para um patamar superior de integração económica que, claramente, apontava na direcção do mercado comum e da união económica. (MENDONÇA, 2004: pp. 5-6).

### **III.2. Segunda fase: o padrão dólar-ouro e as iniciativas reativas às crises**

Com a retomada da conversibilidade das principais moedas europeias, veio o aumento da pressão dos EUA para a entrada da Europa no sistema monetário internacional, cujo epicentro era o dólar estadunidense. A União Europeia de Pagamentos era vista como uma etapa transitória de estabilização. A cooperação monetária por ela proporcionada ampliou, todavia, os horizontes europeus. Quando foi decretado oficialmente seu fim, em 31 de dezembro de 1958, a integração europeia tinha se aprofundado substancialmente, com os Tratados de Roma<sup>36</sup> e a consequente instituição da Comunidade Económica Europeia e da EURATOM.

Neste diapasão, logo veio o reconhecimento do Fundo Monetário Internacional e a adesão inevitável ao padrão dólar-ouro, o que não durou muito. A desconfiança coletiva nos rumos do padrão dólar, motivada pelos constantes déficits no balanço de pagamentos estadunidense, justifica-se ante a evidente insuficiência de lastro do dólar em relação ao ouro, uma vez que após o espraiamento dos investimentos e das ações bélicas dos Estados Unidos pelo mundo eram contraditórias à austeridade e o ajuste automático imposto por Bretton Woods. Constatadas estas incompatibilidades, buscaram-se alternativas no intuito de manter certa autonomia monetária.

Neste prisma, propostas variadas foram lançadas. Primeiramente, optou-se pelo Acordo de Basileia, de 1972, celebrado entre os seis bancos centrais comunitários, que previa a serpente no túnel, mecanismo que impunha limites de flutuação das moedas em relação ao dólar (túnel) e no tocante às moedas envolvidas (medida na largura da serpente), cujo controle era feito por meio de intervenções coordenadas dos bancos

---

<sup>36</sup> Formou-se neste momento o que mais tarde viria a se chamar a Comunidade Europeia, composta pelos acordos da CECA, da CEE e da EURATOM, a Europa dos Seis, constituída por Alemanha, França, Itália, Bélgica, Holanda e Luxemburgo.

centrais nacionais. Em segundo lugar, adotou-se uma solução cautelosa, elaborada pelo Comissário Europeu, o luxemburguês Pierre Werner, o Plano Werner, que se baseava em uma unidade escritural comum (ECU) e na serpente monetária, como formas de atingir após 10 anos um estágio propício para a criação de uma união econômica monetária. O cumprimento das disposições e o alcance do ambicioso cronograma ficaram comprometidos, quando emergiu a crise iminente, com o rompimento unilateral dos Acordos de Bretton Woods pelos Estados Unidos e a incerteza quanto ao padrão monetário internacional, que reforçaram a necessidade e a importância de uma estabilidade econômica regional menos dependente do sistema internacional (EICHENGREEN, 2000: p.185): *As economias interdependentes na Europa ocidental procuraram repetidamente colocar em prática uma ancoragem cambial coletiva.*

Assim, durante a década de 1970, tentaram manter as bandas de flutuação de 2,25% previstas no acordo através de um esquema conhecido como Serpente Europeia<sup>37</sup> (já sem a limitação do túnel, já que não havia mais padrão dólar-ouro), visto que as taxas de câmbio das moedas envolvidas poderiam variar somente dentro dos limites pactuados. Em meio às incertezas do sistema monetário internacional, outros países como Reino Unido<sup>38</sup>, Dinamarca e Irlanda optaram pela adoção do Acordo de Basileia, aderindo à Comunidade Europeia<sup>39</sup>. Apesar da vivência curta e atribulada, a serpente monetária pode ser considerada o primeiro mecanismo direto de gestão conjunta das moedas europeias, servindo posteriormente para o planejamento de outras iniciativas.

Passados os primeiros anos de tormenta, um novo acordo foi articulado. Elaborado em 1978 e lançado em 1979, o Sistema Monetário Europeu, cujo cerne era o Mecanismo de Taxa de Câmbio, fixou as paridades bilaterais entre as moedas envolvidas e estabeleceu metas comuns em matéria monetária. Seus objetivos eram criar uma zona de estabilidade monetária interna e externa, promover uma maior cooperação

---

<sup>37</sup> Neste contexto, os europeus buscaram uma articulação conjunta por meio do Acordo da Basileia, em 1972, que previa a lógica da serpente no túnel, com autolimitação tanto para cima quanto para baixo das flutuações das moedas europeias. A largura da serpente era o desvio instantâneo em relação à paridade das cotações de duas quaisquer moedas dos países da Comunidade Econômica Europeia. A largura do túnel dependia da flutuação delas em conjunto em relação ao dólar. Logo, era o mecanismo de gestão conjunta das moedas, que viabilizava intervenções para a manutenção dos patamares desejados, quando preciso.

<sup>38</sup> Cabe ressaltar que Inglaterra, Grã-Bretanha e Reino Unido são conceitos distintos, porém, neste trabalho terão significados sinônimos. Inglaterra é um dos países que compõe a ilha, a Grã-Bretanha, junto com Escócia e País de Gales, mas os lidera. O Reino Unido engloba a Grã-Bretanha e a parte norte da Ilha da Irlanda, reconhecida como Irlanda do Norte.

<sup>39</sup> A partir de 1973, com a adesão dos três novos países, fala-se em Europa dos Nove.

das políticas econômicas e estipular políticas comuns a terceiras moedas e aos choques monetários. Implicitamente era a assunção da hegemonia germânica no continente, pois elegeu como desiderato a estabilidade da moeda, cujo modelo era a gestão do marco alemão: em detrimento do pleno emprego, elegeu-se como prioridades a baixa inflação e a estabilidade cambial (MENDONÇA, 2004). Sua lógica era calcada em três eixos: na unidade monetária europeia, o ECU<sup>40</sup>; no sistema de taxas de câmbio e um mecanismo associado de intervenção, o MTC I; e no conjunto de mecanismos de crédito de curto e médio prazo. Os europeus, por meio de sistemas autônomos, atrelavam as moedas nacionais ao marco alemão, tentando recuperar a pujança de seu mercado comum em um panorama cercado de incertezas.

Este sistema evidencia o movimento dos países, envolvidos na esfera de influência americana, em busca de alternativas para a sobrevivência no sistema mundial. O contexto da década de 1970 mudara consideravelmente o arranjo do pós-guerra. O esgotamento do modelo de bem-estar social começou a aparecer quando o capital passou a lucrar menos por ter que pagar salários maiores, concedendo demais para a vontade do trabalho, pois os sindicatos ganhavam poder de barganha e contestavam o regime, acirrando o conflito distributivo e tencionando o compromisso capital-trabalho do pós-guerra (SERRANO, 2004).

### **III.3. Terceira Fase: O Tratado de Maastricht e a correção de rumos da integração europeia**

Em meio a uma sequência de crises, interna e externa, acompanhada de questionamentos sobre o declínio da hegemonia estadunidense, antes do fim do governo Carter, ainda em 1979, Paul Volker assume a cadeira do *Federal Reserve*, dando nova guinada às pretensões imperiais estadunidenses<sup>41</sup>, com o Choque de Juros. Na manobra, as taxas de juros foram elevadas unilateralmente e atingiram níveis estratosféricos, acompanhadas por um discurso de fomento às inovações financeiras e à

---

<sup>40</sup> O ECU, unidade monetária de conta, pode ser considerado o embrião do Euro. Seu valor era calculado em cima de uma cesta das moedas comunitárias, considerado a importância relativa de cada economia nacional. Este ativo monetário de referência garantia um sistema de paridades fixas dentro da Comunidade, orientava as intervenções, facilitava os mecanismos de crédito e funcionava ainda como meio de reserva e de pagamento entre os bancos centrais (MENDONÇA, 2004).

<sup>41</sup> Esta mudança foi apenas o início de uma virada conservadora no poder político estadunidense, a qual viria a ser concretizada após a eleição de Ronald Reagan.

desregulamentação, que predominaria na década de 1980. A valorização inesperada do dólar, como manobra para sair do contexto de crises<sup>42</sup>, que suscitavam o questionamento à hegemonia americana, conduziu a economia mundial à recessão. Os EUA, em sua estratégia de restauração liberal-conservadora, retomam progressivamente o controle do sistema monetário-financeiro internacional, surgindo um novo sistema financeiro internacional, que, posteriormente ficaria conhecido como dólar flexível (SERRANO, 2004).

A particularidade desse novo padrão reside no fim de duas limitações que tanto o padrão ouro-libra, quanto o ouro-dólar impunham aos países que emitiam a moeda chave, a necessidade de manter o câmbio fixo, para que se evitasse a fuga para o ouro e os consequentes déficits na conta corrente, e a possibilidade de incorrer em déficits globais na balança de pagamentos e financiá-los com ativos denominados em sua própria moeda como nos outros padrões anteriormente citados. Ademais, a ausência de conversibilidade em ouro garante ao dólar a liberdade de variar por sua iniciativa unilateral a paridade em relação às moedas dos outros países conforme sua conveniência, por meio de mudanças nas taxas de juros americanas.

A Diplomacia do Dólar Forte de 1979 e a consequente valorização compulsória do marco alemão em meados dos anos de 1980<sup>43</sup>, aliadas à forçada desregulamentação financeira, arrefeceram o ímpeto comercial alemão e restringiram sua área de influência ao continente europeu. Franklin Serrano sintetiza o movimento, ao qual os países industrializados, como a Alemanha, passaram a seguir:

Os demais países industrializados foram forçados a acompanhar de perto este movimento de alta, sem precedentes, das taxas de juros, sob pena de sofrerem uma desvalorização cambial descontrolada com consequências inflacionárias. A partir daí os países desistiram definitivamente de questionar a dominância do dólar e a Europa defensivamente começou a montar o sistema monetário europeu para estabilizar o câmbio entre os países da própria comunidade europeia. (SERRANO, 2004: p.202).

---

<sup>42</sup> Dentre as diversas crises, econômicas e políticas, que cercaram a década de 1970, pode-se citar as Primeira e Segunda Crises do Petróleo, de 1973 e 1979, a Guerra do Vietnã, a Revolução Islâmica no Irã, a Revolução Sandinista na Nicarágua, a independência das ex-colônias portuguesas na África e a invasão soviética ao Afeganistão.

<sup>43</sup> Articulada pelos países nos Acordos de Plaza, de 1985, e do Louvre, de 1987, que refletiam a estratégia americana de retomada da hegemonia pela força financeira. Findou-se a tolerância americana com a desvalorização controlada das moedas dos países desenvolvidos a convite, Alemanha e Japão, e garantiu-se que os juros dos países estariam acima da taxa americana, para que o dólar pudesse se desvalorizar, sem alterar as elevadas taxas internas. Para mais ver SERRANO, Franklin. “Relações de Poder e a Política Macroeconômica Americana, de Bretton Woods ao Padrão Dólar Flexível” IN: IN: FIORI, Jose Luis (org.). *O Poder Americano*. Petrópolis: Vozes, 2004. pp.179-224.

Além do efeito econômico, a manobra estadunidense possuía claros contornos políticos. A financeirização proposta pelo neoliberalismo vinha acompanhada da ideologia do Estado mínimo, devendo agir logística e pontualmente para corrigir eventuais distorções, mas deixando por conta do mercado a regulação da economia, cabendo a atuação estatal somente em casos inevitáveis. A mudança de perspectiva minara as bases do Estado de bem-estar social do pós-guerra, como bem sintetiza Carlos Medeiros:

A retomada da política hegemônica do dólar no início dos anos 80 interrompeu as possibilidades de se construir em colaboração com os principais países industrializados, alternativas monetárias a um dólar enfraquecido. A estratégia de enquadramento dos aliados e das moedas rivais se deu como reação ao extraordinário sucesso industrial e exportador da Alemanha e do Japão e da contestação do dólar enquanto moeda internacional que caracterizaram a economia mundial no final dos anos 70. A iniciativa norte-americana de retomada da hegemonia econômica e ideológica nas relações internacionais afirmou-se, também, como uma ampla ofensiva interna liderada pelos EUA e Inglaterra contra os sindicatos, o Estado de Bem-Estar, o excesso de democracia, interrompendo o crescimento compartilhado típico do keynesianismo social que caracterizou o capitalismo industrial no pós-guerra. (MEDEIROS, 2004: pp.139-140).

Esta ruptura veio ao encontro das pretensões das elites liberais da Europa, cujos anseios foram arrefecidos pelo contexto do imediato pós-guerra. Marcou a guinada do projeto europeu que abandonou a diretriz do desenvolvimento socioeconômico, presente desde os Tratados de Roma, e acolheu o viés ortodoxo de prioridade à manutenção dos preços e da inflação interna em detrimento das altas taxas de crescimento, priorizando apenas o capital financeiro. O conservadorismo em relação aos gastos sociais que afetou a política de pleno emprego na Alemanha acabou contaminando todas as economias comunitárias do Sistema Monetário Europeu, uma vez que estavam ancoradas no marco alemão. Carlos Medeiros explica:

No SME, finalmente instituído em 1978, a Alemanha, devido à sua maior produtividade, abriu amplo superávit comercial com os países europeus gerando significativo saldo na sua balança de transações correntes. Este superávit acompanhado de baixo crescimento transformou-se em saídas de capital, principalmente de IDE. Embora este movimento correspondesse aos seus objetivos nacionais, interrompeu a regionalização macroeconomicamente expansiva construída historicamente no pós-guerra. (MEDEIROS, 2004: p. 157).

A década de 1980 pode ser identificada como o momento de inflexão que explica em grande parte os atuais rumos do processo de integração europeia. Junto com a ofensiva financeira e ideológica, empreendeu-se uma estratégia militar que levou ao

estrangulamento da União Soviética e a consequente dissolução do bloco socialista, o que fortaleceu o discurso triunfalista da hegemonia estadunidense e mudou significativamente a geopolítica europeia. Com a queda do Muro de Berlim, a reunificação da Alemanha<sup>44</sup> e a desintegração da União Soviética, alteraram-se substancialmente alguns motivos da construção do projeto integracionista.

Em um contexto de mudanças, repensou-se o processo europeu, e a reação às transformações mundiais começou com o relançamento da integração, a partir do Ato Único Europeu, documento que continha as diretrizes futuras da guinada europeia, articulado por Jacques Delors, socialista francês, quando este assumiu a presidência da Comissão Europeia, em 1985. Era necessário alterar os rumos da integração. Esta foi, então, relançada sobre novas bases. Acreditava-se que uma política macroeconômica unificada, ainda que inserida na lógica neoliberal, poderia fortalecer a posição dos europeus no contexto de poder americano. Previa-se a criação de uma União Econômica Monetária (UEM) em três fases graduais, com menor transferência de competências orçamentárias para a CEE, se comparado com o Plano Werner. O objetivo final era a adoção de taxas de câmbio fixas e uma política monetária única para a área, a serem determinadas por uma entidade independente de um Estado nacional. Assim, pensou-se o Banco Central Europeu e o Sistema de Bancos Centrais que o sustentaria.

A remodelagem europeia culminou no Tratado de Maastricht, de 1992. O tratado internacional pensou a integração por meio da formação da União Europeia, que abarcaria todas as iniciativas comunitárias anteriores sob o mesmo teto<sup>45</sup>. No documento, ficou expressa a intenção de transformação do mercado comum europeu em mercado único por meio da previsão de uma moeda comum para a zona comunitária. Assim, em 7 de fevereiro, o Tratado de Maastricht é assinado, baseado no binômio gradualismo-convergência. O lançamento da UEM seria projetado em três fases previstas mesmo antes da assinatura dos aderentes (MENDONÇA, 2004). As fases de

---

<sup>44</sup> Vale lembrar que a reunificação não foi um movimento isolado e unilateral da República Federal da Alemanha, mas um processo arquitetado multilateralmente. O Acordo Dois mais Quatro, que envolvia as duas Alemanhas, França, Inglaterra, URSS e EUA, arregimentou o processo de reunificação foi mais uma forma consensual de admissão da nova inserção da Alemanha, após seu incremento de poder oriundo do fim da divisão territorial e da ocupação soviética.

<sup>45</sup> A literatura especializada costuma caracterizar este encanamento institucional como um templo grego de três pilastras, cujo teto seria a União Europeia e os pilares compostos um, pela CECA, EURATOM e CEE, outro, pelos assuntos internos e judiciais, e o último, pela política externa e de segurança comum.

adaptação<sup>46</sup> incluíam a coordenação e liberalização financeira, em um primeiro momento, a consolidação de novas estruturas, em segundo lugar, e a transferência de responsabilidades dos países para os órgãos competentes, no terceiro ciclo.

Iniciada em 1º de julho de 1990, a primeira fase, seguindo a euforia neoliberal que contagiava o contexto, buscava a liberalização completa dos movimentos de capitais entre todos os Estados-Membros. Ainda que tenha sido encetada antes, este período só alcança robustez institucional com a entrada em vigor do Tratado de Maastricht, em 1º de novembro de 1993.

Bem-sucedida, a primeira fase pavimenta o caminho para a segunda. Em conformidade com o artigo 109-E do Tratado, começa em 1º de janeiro de 1994, o período de constituição de novas estruturas, notadamente com a criação do Instituto Monetário Europeu (IME)<sup>47</sup>, órgão embrionário do futuro Banco Central Europeu. Ademais, cabia aos Estados aderentes assegurar a compatibilidade tanto de sua economia quanto de sua legislação nacional com os ditames da área comum, sobretudo quanto à independência do Banco Central Europeu.

A compatibilidade econômica viria com o estágio de atingimento dos critérios de convergência, previsto para 1º de janeiro de 1999, inaugurando a terceira fase, expressa no artigo 109-I do Tratado da União Europeia. O empenho europeu em cumprir os compromissos assumidos foi demonstrado no Conselho Europeu de Madrid, realizado em dezembro de 1995, o qual confirmou as diretrizes de Maastricht. Para se chegar à moeda única era necessário, todavia, o cumprimento de critérios de convergências<sup>48</sup>, condições econômicas e financeiras que permitissem o agrupamento dos países em um mercado único. Os pressupostos envolvem a estabilidade dos preços<sup>49</sup>; situação orçamental<sup>50</sup> (evitabilidade de déficits excessivos); a participação no mecanismo de

---

<sup>46</sup> Os preparativos para a adoção estão expressos nas disposições comuns presentes nos artigos que vão do 109-A até o 109-M.

<sup>47</sup> A previsão de constituição e as competências do Instituto Monetário Europeu encontram-se no artigo 109-E do Tratado de Maastricht. Dentre suas funções cabe destacar a de reforçar a cooperação entre os bancos centrais e a coordenação das políticas monetárias, e a de efetuar os trabalhos preparatórios necessários à instituição do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC), o qual deveria conduzir a política monetária única a partir do início da terceira fase e proceder à introdução da moeda única.

<sup>48</sup> Previstos no artigo 109-J e mais especificadamente no Protocolo nº 13 anexo ao Tratado de Maastricht.

<sup>49</sup> Para verificar este critério da estabilidade de preços é imprescindível observar a taxa de inflação em um Estado durante o período de 1 ano para compará-la com a taxa de inflação de três Estados com melhor desempenho neste aspecto, não podendo a taxa do Estado candidato exceder 1,5% do paradigma dos três Estados-membros com melhores resultados.

<sup>50</sup> O Protocolo nº12, anexo ao Tratado de Maastricht, complementa os valores de referência citados pelas duas condicionalidades listadas pelo art. 104-C, quais sejam, as finanças devem ser equilibradas e

taxas de câmbio do Sistema Monetário Europeu<sup>51</sup>; a convergência das taxas de juros no longo prazo<sup>52</sup>. O cumprimento das condicionantes é analisado pelo Conselho da União Europeia, após recebimento de relatório oriundo da Comissão Europeia, concedendo o parecer favorável não ao Estado que pleiteia a entrada na área monetária comum.

Além das condições econômicas, era fundamental alcançar concerto político sobre os determinados assuntos, como o quadro jurídico para a utilização do euro. Inicialmente, foram intensificados os preparativos, em 1998, com a listagem dos países aptos a participar (cumpridores dos critérios de convergência), o estabelecimento da taxa de conversão definitiva entre o Euro e as moedas nacionais, a adoção de disposições legais e administrativas, e a instituição do Sistema Europeu de Bancos Centrais, cujo pilar é o Banco Central Europeu. O arranque efetivo veio em 1º de janeiro de 1999, com a adoção do ECU, enquanto moeda contábil (função de unidade de conta da moeda). Este período de efetivação duraria três anos, até a entrada do Euro em circulação, como meio de troca nas economias envolvidas. Em 1º de janeiro de 2002, o ECU deixou de existir e o Euro transformou-se em moeda autônoma e com curso oficial, subsistindo com as moedas nacionais até a data derradeira de 1º de julho de 2002, a partir da qual não poderão mais ser trocadas pela moeda única.

A opção pela entrada na UEM dos diversos países justificava-se por vantagens como a ausência de custos na conversão cambial, uma garantia de eficiência econômica; uma maior transparência dos preços; eficiência da intermediação financeira e dos processos de investimento; redução da incerteza dos agentes econômicos; evita desvalorizações competitivas, diminuindo tensões comerciais e protecionismo (afastamento em relação aos conflitos do passado). Ao mesmo tempo, em contrapartida, havia desvantagens claras, como a perda de autonomia na condução da política

---

sustentáveis, não podendo ultrapassar os valores de 3% para a relação déficit público/PIB a preços de mercado; e de 60% da relação dívida pública/PIB a preços de mercado.

<sup>51</sup> É o mecanismo de ajuste entre as taxas de câmbio das moedas nacionais é um instrumento para se atingir a estabilidade e a convergência na integração econômica. O Mecanismo de Taxas de Câmbio I foi criado em 1978 pelo Sistema Monetário Europeu vigendo até sua implosão em 1993 pela extrapolação dos limites estabelecidos. Estes tendem a evitar flutuações excessivas das moedas, ancorando-as em padrões de referência. Com as mudanças relativas à eliminação do controle de capitais da primeira etapa, o sistema tornou-se inviável, obrigando o alargamento das bandas de flutuação de 2,25% para 15%, em 1998. Para que este critério seja cumprido, é preciso que o país pleiteante esteja inserido no sistema pelo período de 2 anos sem que sua moeda sofra fortes tensões além do limite fixado. Preenchido o requisito, estará o país apto a integrar a área do Euro.

<sup>52</sup> As taxas de juros no longo prazo são calculadas com base nas obrigações ou títulos emitidos pelos Estados. Assim, são comparadas àquelas dos três Estados-membros de melhor resultados em termos de estabilidade de preços. Cumprirá o critério o Estado cuja taxa não exceder 2% daquelas de referência.

monetária; a grande assimetria entre os países; e a perda da taxa de câmbio como ferramenta de política monetária.

Os pontos negativos pesaram significativamente para alguns países que optaram por uma aceitação parcial das novas disposições, o que ocasionou no surgimento de diversas subdivisões dentro da União Europeia. Com a entrada em vigor do Tratado, ficaram evidentes os variados enquadramentos jurídicos dos países. Todos os Estados membros, 12<sup>53</sup> em 1992, assinaram o documento. Inglaterra e Dinamarca, parcialmente, pois exerceram o direito de não vir a compor a área monetária única. Em outras palavras, seriam partes do mercado comum, mas não do mercado único. Estabeleceu-se que aqueles Estados que aderissem posteriormente ao Tratado, ainda que não entrassem imediatamente, seriam potenciais membros da área do Euro, efetivando-se esta condição quando tiverem preenchidos os pressupostos necessários.

A integração europeia mostrava adaptabilidade ante a conjuntura internacional e, baseada na lógica neoliberal do regionalismo aberto, viria a servir de parâmetro para outras iniciativas de integração econômica no sistema mundial. A euforia liberal com o aprofundamento do projeto europeu, consolidado em Maastricht, durou ao longo da década de 1990. Perpassou os Tratados de Amsterdã, de 1997, e de Nice, de 2001, que prepararam a integração europeia para uma moeda única e para uma ambiciosa expansão territorial. Atingiu seu ápice com a criação do Banco Central Europeu, em 1999, com a entrada em circulação do euro, em 2002, marcando a unificação da política monetária dos países membros da União Europeia que adotaram a moeda comum, e com a proposta de uma constituição europeia, nos moldes daquela de um Estado nacional<sup>54</sup>.

A capacidade de desenvolvimento da União Europeia, a partir deste momento, começou a explicitar suas limitações, bem maiores que suas pretensões. A Constituição Europeia, documento pensado nos moldes de uma federação cosmopolita, inspirada em

---

<sup>53</sup> Os doze membros em 1992 eram: Bélgica, Luxemburgo, Holanda, Alemanha, França e Itália (originários); Inglaterra, Dinamarca e Irlanda (aderentes em 1973), Grécia (1981), Portugal e Espanha (1986).

<sup>54</sup> O documento relativo à constituição europeia foi elaborado por um conselho de notáveis, não eleitos pelo voto popular, que se reuniram à revelia da vontade democrática. Inspirada formal e materialmente nos moldes da Carta Magna de um Estado nacional, quando submetida ao crivo social, foi rechaçada tanto na França quanto na Holanda. Ainda que as razões tenham sido mais simbólicas, mais em relação à forma do texto e a questões internas dentro dos governos holandês e francês, o projeto foi relegado ao fracasso. Ainda assim, muitas das disposições materiais nele previstas foram incorporadas ao direito comunitário por meio dos Tratados de Lisboa.

teóricos liberais, como o alemão Jürgen Habermas<sup>55</sup>, foi rechaçada, quando colocada à participação das sociedades holandesa e francesa. A insatisfação refletia a recusa da construção de uma federação europeia, como Estados Unidos da Europa, bem como a utilização de meios tecnocráticos, e não democráticos, para esta tarefa. Junto com o motivo do déficit democrático, talvez ainda mais influente, estava o protesto local em relação ao modelo econômico adotado pelos governos de direita e da socialdemocracia europeia, mostrando claramente o esgotamento do neoliberalismo pactuado em Maastricht. Mesmo assim, neste contexto ainda foram incorporados ao território comunitário mais dez países, cuja maioria era oriunda do Leste Europeu, de poderio econômico frágil, o que demandaria um esforço ainda maior da União Europeia para sua incorporação, além das mudanças institucionais necessárias. Um maior número de membros, todos com direito iguais, passou a inviabilizar decisões céleres sobre assuntos urgentes.

Em meio a este impasse, cuja demanda era por flexibilidade institucional e manutenção do poder das economias mais fortes, foram celebrados em 2007, os Tratados de Lisboa, cuja composição era feita pelo Tratado da União Europeia e o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia. Estes documentos traziam ao direito comunitário muitas das disposições materiais previstas na malfadada Constituição Europeia, além de viabilizarem a flexibilidade institucional, para possibilitar ações mais rápidas em tempos de crise, os quais se aproximavam. Logo, os Tratados de Lisboa buscaram adequar e adaptar as estruturas políticas do contexto hodierno às alterações econômicas consagradas em Maastricht.

O momento atual pelo que atravessa a integração europeia ainda reflete a inflexão proporcionada pelo que foi acordado em Maastricht, ainda que o ideário neoliberal tenha perdido força no sistema capitalista. Os êxitos e contradições da evolução do processo europeu fizeram com que a uniformização proposta pelo Tratado da União Europeia resultasse, ao contrário do esperado, em um acirramento das assimetrias entre os membros, criando um bloco com vários subconjuntos, de diferentes velocidades de interdependência.

---

<sup>55</sup> Dentre a vasta obra do autor, destaca-se “Sobre a Constituição da Europa”, publicada pela Editora UNESP, com edição de 2012.

#### IV- Conclusão

Diante do exposto, é possível retirar duas observações conclusivas sobre a construção e a consolidação da integração regional via União Europeia.

A primeira é a contextualização geopolítica desta experiência. Esta não é inédita, no sentido que já ocorreram outras iniciativas com ênfase na via econômica no continente, nem é autônoma (livre de interferência das condicionantes externas). A União Europeia é um projeto peculiar, até agora, longo, fruto de uma continuidade de décadas, inserido nos contornos do sistema interestatal capitalista, ou seja, irradia valores dominantes como o liberalismo econômico, a prevalência dos capitais e do livre mercado, com a chancela do poder hegemônico.

É resultado de um movimento deflagrado em meio às circunstâncias geopolíticas do pós-guerra. Buscou-se no estreitamento das relações comerciais uma solução para duas questões incômodas para o equilíbrio de poder anglo-saxão: a pacificação interna por meio do equacionamento do dilema alemão (fim da beligerância alemã em relação aos outros países por disputas territoriais, possibilitando um ambiente estável para o comércio e a integração dos capitais nacionais) e a consolidação de um bloco capitalista próspero, que buscasse atender os interesses das elites liberais e que, assim, rechaçasse a influência socialista oriunda da União Soviética. Contando os europeus, nos dois prismas, com a tutela financeira e ideológica dos Estados Unidos. Este apoio e esta tolerância hegemônica contribuíram muito para a relativa prosperidade das iniciativas integradoras, alicerçadas na Alemanha, cuja elite alemã conservadora colocada no poder no pós-guerra foi beneficiada pela estratégia conhecida como desenvolvimento a convite dos outrora inimigos de guerra, a qual proporcionou ao país a posição de liderança comercial regional.

A segunda relaciona-se com a correção de rumos que acentuou a deterioração social promovida pela integração. Inicialmente, adotou-se a estratégia dual de prevalência dos capitais, acoplados aos interesses industriais, somada ao fomento do Estado de bem-estar social (o qual ainda tinha a economia sob controle nacional), responsável pela concessão de direitos sociais e pela elaboração de políticas públicas. Este caminho da paz socialmente sustentada foi percorrido até as mudanças sistêmicas provocadas pela onda globalizante, a qual provocou o fim do arranjo do pós-guerra internamente nos Estados, alterando os rumos da cooperação regional, cujo viés

mercadológico foi acentuado e priorizado. Com o relançamento da integração na década de 1990, o viés da justiça social foi desmontado, enquanto o capital financeiro se livrou do industrial, emergindo como condutor dos rumos no continente, a partir do Tratado de Maastricht.

A prolongada e aparentemente exitosa existência da União Europeia, iniciativa que a partir desta guinada preza quase que exclusivamente pela prosperidade de uma minoria em detrimento da maioria, por meio da integração comercial e financeira e pelo esvaziamento das competências dos Estados nacionais, na verdade, elucida a opção neoliberal feita pelas elites políticas atreladas ao grande capital financeiro, localizado predominantemente na Alemanha, à revelia da vontade democrática. Esta lógica hodierna transforma a sociedade em refém da integração, haja vista a troca da paz positiva pela deterioração social, a qual vem sendo explicitada e agravada pela crise europeia.

## V - Referências Bibliográficas

ANDERSON, Perry. “Da Solidariedade ao Domínio. A Europa diante da hegemonia alemã.”. Disponível em 04.12.2012 em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1315>. Acesso em 15 de janeiro de 2013.

BAUMANN, Zygmunt. Europa: uma aventura inacabada. Trad. De Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

EICHENGREEN, Barry. *A Globalização do Capital: uma história do sistema monetário internacional*. São Paulo: Editora 34, 2012.

FIORI, José Luis. “A Europa está cada vez mais dividida.”. *Entrevista concedida à Revista Caros Amigos*. Caros Amigos, Ano XIV, 161, Agosto de 2010. pp. 32-34.

\_\_\_\_\_. “O sistema interestatal capitalista no início do século XXI”. IN: FIORI, José Luis, MEDEIROS, Carlos de Aguiar e SERRANO, Franklin. *O Mito do Colapso do Poder Americano*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

\_\_\_\_\_. *O Poder Global e a Nova Geopolítica das Nações*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

\_\_\_\_\_. FIORI, José Luis C. “Formação, Expansão e Limites do Poder Global”. IN: FIORI, J. L. C. (org.) *O Poder Americano*, Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

GASPAR, Débora Garcia. “O Papel Americano na União Europeia de Pagamentos”. *Revista de Economia Política e História Econômica*. Nº 28. Ano 8. Agosto de 2012, pp. 199-224.

HASS, E. *Beyond the Nation-State: Functionalism and International Organization*. Stanford: Stanford University Press, 1964.

HABERMAS, Jürgen. *Sobre a Constituição da Europa*. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

HARVEY, David. *O Enigma do Capital e as Crises do Capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.

HELLEINER, Eric. *States and the Reemergence of Global Finance: From Bretton Woods to Global Finance*. Cornell University Press, 1994.

LAZAROU, Elena. “Um modelo em apuros? Os efeitos da crise do Euro na EU como modelo para a integração regional na América do Sul.”. *Cadernos Adenauer XIV (2013) nº 1. Perspectivas para o futuro da União Europeia*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer: abril, 2013, pp. 105-127.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. “A Economia Política da Internacionalização sob Liderança dos EUA: Alemanha, Japão e China”. IN: FIORI, Jose Luis (org.). *O Poder Americano*. Petrópolis: Vozes, 2004. pp.139-178.

MENDONÇA, António. “Integração Monetária na Europa: da União Europeia de Pagamentos ao Euro.” Lisboa: Celta Editora, 2004.

\_\_\_\_\_. “O Conceito da zona monetária óptima e o problema da sua aplicação à discussão sobre o processo de integração monetária na Europa”. *In Ensaios em honra de Francisco Pereira de Moura*. Lisboa: CEDIN, 2001

METRI, Maurício. “Acumulação de poder, sistemas e territórios monetários: uma análise teórica sobre a natureza da moeda e sua relação com a autoridade central.”. *Ensaios FEE*. Porto Alegre, v. 33, n. 2, p. 397-422, nov. 2012.

MITRANY, David. *A Paz e o Desenvolvimento Funcional da Organização Internacional*. In: BRAILLARD, P. (ed.). *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1990. p. 566-603.

MONNET, Jean. *Memórias: a construção da unidade europeia*. Trad. De Ana Maria Falcão. Brasília: EdUnB, 1986.

MORTON, Adam. *Unravelling Gramsci*. London: Pluto Press, 2007.

PFETSCH, Frank R. *A União Europeia: história, instituições, processos*. Brasília: Universidade de Brasília / Imprensa, 2001.

PUREZA, José Manuel. “O Nobel da Guerra.” Disponível em: <[http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia\\_id=21417](http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=21417)>. Acesso em: 18 de junho de 2013.

SERRANO, Franklin. “Relações de Poder e a Política Macroeconômica Americana, de Bretton Woods ao Padrão Dólar Flexível” IN: FIORI, Jose Luis (org.). *O Poder Americano*. Petrópolis: Vozes, 2004. pp.179-224.

SOUSA, Wagner Watson de. “A Moeda Europeia e os Projetos Nacionais: o Papel de França e Alemanha e o surgimento do Euro.”. *Revista de Economia Política e História Econômica*. Ano 08. Nº 24. Janeiro de 2011, pp. 86-110.

TAVARES, Maria da Conceição. “Muito além da Economia”. Entrevista de Maria da Conceição Tavares a Luiz Carlos Maranhão. *Versus- Revista de Ciências Sociais Aplicadas do CCJE/UFRJ*. Nº 4. Ano II. Abril de 2010. pp. 10-17.

\_\_\_\_\_ e BELLUZZO, Luiz Gonzaga. “A Mundialização do Capital e a Expansão do Poder Americano”. IN: FIORI, J. L. C. (org.) *O Poder Americano*, Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

TOUSSAINT, Eric. “Bancos contra povos: os bastidores de um jogo manipulado.”. Disponível em: <[http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia\\_id=21443](http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=21443)>. Acesso em 26 de dezembro de 2012.

TRATADO DA UNIÃO EUROPEIA (TRATADO DE MAASTRICHT). *Jornal Oficial das Comunidades Europeia*. C-191. 35º ano. 29 de julho de 1992.

TRATADO SOBRE O FUNCIONAMENTO DA UNIÃO EUROPEIA (TRATADO DE LISBOA). *Jornal Oficial da União Europeia*. C-115. 49º ano. 9 de maio de 2008.

TREIN, Franklin. “Relações Internacionais: uma introdução ao seu estudo.” *Sinais Sociais/ Serviço Social do Comércio*. Departamento Nacional. Vol.3 n.9 (janeiro/abril), Rio de Janeiro, 2009.

\_\_\_\_\_. “Uma Europa Mais Transparente.” IN: MOSCARDO, J. e CARDIM, C. (orgs.). *III Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional*. Brasília: FUNAG, 2009.

\_\_\_\_\_. “Uma ideia de Europa”. IN: MOSCARDO, J. e CARDIM, C. (orgs.). *II Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional: EUROPA*. Brasília: FUNAG, 2008.

WALLERSTEIN, Immanuel. *O universalismo europeu: a retórica do poder*. Trad. de Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2007.